

Pastificio Selmi

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração dos resultados	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Pastifício Selmi S.A.
Sumaré – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pastifício Selmi S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/O-4 F SP



Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

Pastifício Selmi S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.567	85.347	154.771	84.521
Contas a receber de clientes	5	199.980	206.975	204.885	206.207
Estoques	6	159.211	124.558	158.344	123.630
Mútuos com partes relacionadas	7	-	865	-	865
Tributos a recuperar	8	33.054	40.333	32.371	40.228
Tributos a Recuperar- CSL/IRPJ	8	33.000	28.813	33.000	28.813
Outros créditos		34.762	3.052	34.762	3.028
		615.574	489.943	618.133	487.292
Não circulante					
Instrumento Financeiros Derivativos		10.991	2.242	10.991	2.242
Depósitos judiciais	15	717	663	717	663
Tributos a recuperar	8	33.810	2.298	33.810	2.298
Tributos a Recuperar- CSL/IRPJ	8	32.747	57.133	32.747	57.133
Investimento		-	-	30.878	21.682
Imobilizado	9	562.874	477.749	526.009	456.546
Intangível		18.390	18.390	18.390	18.390
		659.529	558.475	653.542	558.954
Total do ativo		1.275.103	1.048.418	1.271.675	1.046.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pastifício Selmi S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Passivo circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Fornecedores	10	170.466	203.676	167.160	203.450
Empréstimos e financiamentos	11	85.456	50.719	85.456	50.719
Salários e encargos sociais	12	27.748	27.822	27.748	27.822
Tributos a recolher	13	4.950	5.597	4.324	5.568
Imposto de renda e contribuição social	13	11.965	4.050	12.469	4.047
Dividendos a pagar	14	23.530	11.177	23.530	11.177
Outros passivos		37.898	33.076	37.897	31.162
		362.013	336.117	358.584	333.945
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	425.667	308.795	425.667	308.795
Provisões para processos judiciais	15	10.097	9.069	10.098	9.069
Tributos a recolher	13	266	404	266	404
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	22.944	19.341	22.944	19.341
Outros passivos		-	3.142	-	3.142
		458.974	340.751	458.975	340.751
Total do passivo		820.987	676.868	817.559	674.696
Patrimônio líquido					
Capital social	17	81.423	81.423	81.423	81.423
Reserva de capital		262	262	262	262
Ajustes de avaliação patrimonial		25.200	25.979	25.200	25.979
Reserva de lucros		347.231	263.886	347.231	263.886
Total do patrimônio líquido		454.116	371.550	454.116	371.550
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.275.103	1.048.418	1.271.675	1.046.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pastifício Selmi S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	18	1.895.868	1.704.983	1.886.533	1.699.233
Custo das vendas	19	<u>(1.239.327)</u>	<u>(1.189.829)</u>	<u>(1.228.613)</u>	<u>(1.188.398)</u>
Lucro bruto		656.541	515.154	657.920	510.835
Despesas com vendas	19	(349.955)	(310.585)	(349.955)	(310.585)
Despesas gerais e administrativas	19	(54.802)	(56.574)	(54.242)	(55.274)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.002	51.914	3.002	51.924
Equivalência patrimonial		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.960)</u>	<u>2.916</u>
		<u>(401.755)</u>	<u>(315.245)</u>	<u>(403.155)</u>	<u>(311.019)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		254.786	199.909	254.765	199.816
Despesas financeiras	20	(72.768)	(66.836)	(72.755)	(66.728)
Receitas financeiras	20	27.044	54.034	27.019	53.856
Variações monetárias e câmbios, líquidas	20	<u>(543)</u>	<u>2.527</u>	<u>(543)</u>	<u>2.527</u>
Resultado financeiro		<u>(46.267)</u>	<u>(10.275)</u>	<u>(46.279)</u>	<u>(10.345)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		208.519	189.634	208.486	189.471
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(31.439)	(17.484)	(31.406)	(17.321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(3.603)</u>	<u>1.514</u>	<u>(3.603)</u>	<u>1.514</u>
Lucro líquido do exercício		<u>173.477</u>	<u>173.664</u>	<u>173.477</u>	<u>173.664</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pastifício Selmi S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	173.477	173.664	173.477	173.664
Total do resultado abrangente do exercício	173.477	173.664	173.477	173.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pastificio Selmi S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	81.423	262	1.035	128.723	13.912	26.763	252.118
Constituição de reserva de incentivo	-	-	-	38.154	(38.154)	-	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	784	(784)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	173.664	-	173.664
Destinação do lucro:	-	-	-	-	(38.960)	-	(38.960)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.272)	-	(15.272)
Em 31 de dezembro de 2022	81.423	262	1.035	166.877	95.974	25.979	371.550
Constituição de reserva de incentivo	-	-	-	52.198	(52.198)	-	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	779	(779)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	173.477	-	173.477
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(66.527)	-	(66.527)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(24.384)	-	(24.384)
Em 31 de dezembro de 2023	81.423	262	1.035	219.075	127.121	25.200	454.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pastifício Selmi S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		208.519	189.634	208.486	189.471
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	9	28.941	19.264	28.941	19.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.603)	1.514	(3.603)	1.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(411)	(823)	(411)	(823)
Provisão para obsolescência de estoques	6	(129)	401	(129)	401
Provisão para contingência	15	1.029	(21)	1.029	(21)
Equivalência patrimonial		-	-	1.960	(2.916)
Juros sobre empréstimo a partes relacionadas	7.b	(39)	-	(39)	(131)
Juros sobre empréstimos	11	64.959	46.490	64.959	46.490
Mudança do valor justo de instrumentos derivativos		(8.749)	(2.242)	(8.749)	(2.242)
Baixa líquida do ativo imobilizado	9	13.662	582	13.662	582
		304.179	254.799	306.106	251.589
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		7.406	(60.382)	1.733	(64.877)
Estoques		(34.524)	(54.378)	(34.585)	(47.156)
Tributos a recuperar		(4.034)	(92.444)	(3.456)	(92.343)
Depósitos judiciais		(54)	186	(54)	186
Outros créditos		(31.710)	888	(31.734)	890
Fornecedores		(33.210)	69.027	(36.290)	68.839
Salários e encargos sociais		(74)	7.255	(74)	7.252
Tributos a recolher		7.130	(5.886)	7.040	(8.812)
Outros passivos		1.680	14.192	3.593	15.103
Caixa gerado pelas operações		216.789	133.257	212.279	130.671
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.587)	(9.205)	(31.548)	(6.289)
Juros pagos	11	(54.066)	(33.983)	(54.066)	(33.983)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		131.136	90.069	126.665	90.399
Fluxos de caixa das atividades de investimentos aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(127.728)	(118.053)	(112.067)	(112.516)
Aporte de capital em investida		-	-	(11.160)	(5.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(127.728)	(118.053)	(123.227)	(118.316)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento amortização de empréstimos e financiamentos		(109.284)	(190.433)	(109.284)	(190.433)
Captação de empréstimos e financiamentos		250.000	289.224	250.000	289.224
Recebimento de empréstimos – partes relacionadas		1.013	-	1.013	3.508
Mútuo com subsidiária - partes relacionadas		-	-	-	(865)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos - antecipação		-	(26.533)	-	(26.533)
Dividendos pagos – exercício anterior		(74.917)	(13.286)	(74.917)	(13.286)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		66.812	58.972	66.812	61.615
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		70.220	30.988	70.250	33.698
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	85.347	54.359	84.521	50.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	155.567	85.347	154.771	84.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Pastifício Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Rolândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia.

A Companhia possui participação societária da totalidade das quotas da empresa Selmi Participações Imobiliárias Eireli que foi constituída com o objetivo de controle e gestão de ativos imobiliários do grupo e possui substancialmente terrenos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e na Selmi Alimentos Paraguai S.A., que exerce a atividade de comercialização dos produtos da marca Selmi.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 8 de abril de 2024.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

a. Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em:

- (i) *Identificação do contrato*
Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios:
 - (a) Reconhecimento da contraprestação é provável;
 - (b) O contrato tem que possuir substancia comercial;
 - (c) Poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e
 - (d) Um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas
- (ii) *Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato*
Nesta etapa, a entidade identifica todos bens prometidos e avalia se esses bens constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato.
- (iii) *Determinação do preço da transação*
Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais.
- (iv) *Alocação do preço da transação*
Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem para clientes em situação semelhante.
- (v) *Reconhecimento da receita*
A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e depósitos judiciais.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em até 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Para mais informações, vide nota 11.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização e o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.4 Imobilizado

Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25-26
Máquinas e equipamentos	10-21
Veículos	5-20
Móveis e utensílios	10-19

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.5 Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A marca registrada no ativo intangível da Companhia possui vida útil indefinida, portanto não é possível determinar sua amortização, sendo submetida a teste anual para análise de eventual perda do seu valor recuperável.

2.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativa de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.9 Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

Os ativos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.10 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.11 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores.

2.12 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com as provisões para processos judiciais (Nota 15), prazo de realização de impostos de rendas e contribuição social diferidos (Nota 16), mútuos com partes relacionadas (Nota 7) e vida útil dos ativos imobilizados (Nota 9).

3 Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2023

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior apresentada para fins de comparabilidade.

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	CPC 50 – Contratos de seguro
1º de Janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26)
1º de Janeiro de 2023	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23)
1º de Janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (CPC 32)
23º de Maio de 2023(ii)	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Futuros requerimentos

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2024	Passivo não circulante com covenants e eClassificações de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)
1º de Janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06)
1º de Janeiro de 2024	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 03 e CPC 40)
1º de Janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)

- (i) As alterações introduzem uma isenção contábil de impostos diferidos para o imposto mínimo complementar global do Pilar Dois, que se aplica imediatamente a partir de sua liberação em 23 de maio de 2023, e novos requisitos de divulgação sobre a exposição do Pilar dois que se aplicam a partir de 31 de dezembro de 2023. Nenhuma divulgação é exigida em períodos intermediários que terminem em ou antes de dezembro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Recursos em banco e em caixa	12.467	4.491	12.450	3.665
Depósitos bancários de curto prazo (i)	143.100	80.856	142.321	80.856
Total de recursos disponíveis	155.567	85.347	154.771	84.521

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, com vencimento de curto prazo de, no máximo, três meses a contar da data de aquisição;

5 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes nacionais	191.531	196.256	190.177	195.488
Contas a receber de clientes externos	8.972	11.653	15.231	11.653
Provisão para perdas esperadas de créditos	(523)	(934)	(523)	(934)
	199.980	206.975	204.885	206.207

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	188.292	199.453	193.197	198.685
Vencidas:				
Até 30 dias	7.594	7.487	7.594	7.487
De 31 a 60 dias	569	30	569	30
De 61 a 90 dias	111	6	111	6
De 91 a 120 dias	-	-	-	-
Mais de 120 dias	3.937	933	3.937	933
Total	200.503	207.909	205.408	207.141
Provisão para perda esperada de créditos	(523)	(934)	(523)	(934)
Total líquido	199.980	206.975	204.885	206.207

As movimentações na provisão para perdas esperadas de créditos da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	(934)	(1.757)	(934)	(1.757)
Constituição	-	-	-	-
Utilização da provisão	411	823	411	823
Em 31 de dezembro	(523)	(934)	(523)	(934)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As contas a receber são baixadas contra a conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía penhor de duplicatas de sua emissão, no montante de R\$ 15.181 (R\$20.384 em 2022), na modalidade caução rotativa, em garantia de seus empréstimo e financiamentos.

6 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	55.762	63.134	54.895	62.206
Produtos para revenda	33	33	33	33
Matérias-primas e embalagens	90.616	51.026	90.616	51.026
Materiais de consumo, manutenção e outros	8.443	7.128	8.443	7.128
Importações em andamento	4.357	3.237	4.357	3.237
	159.211	124.558	158.344	123.630

A movimentação na provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.345	944	1.345	944
Constituição	(129)	401	(129)	401
Em 31 de dezembro	1.216	1.345	1.216	1.345

Os valores de matéria prima reconhecido em “Custo das vendas” totalizou R\$ 925.425 (R\$949.233 em 2022).

7 Transações com partes relacionadas

a. Compras de serviços

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Aquisição de vale-transporte	421	718	421	718
Serviços transporte funcionários	10.701	8.760	10.701	8.760
Serviços de frete	2.844	2.947	2.844	2.947
	13.966	12.425	13.966	12.425

As compras de serviços com partes relacionadas referem-se à contratação de serviços de transporte junto a Transportes Cappelini Ltda. e Vila Real Transportes e Serviços Ltda.

b. Partes relacionadas

A Companhia possuía saldos de empréstimos junto aos seus acionistas, os quais eram corrigidos monetariamente, cuja quitação foi realizada neste exercício, conforme movimentação a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	865	10.948	865	10.948
Juros apropriados	39	131	39	131
Compensação com lucros de exercícios anteriores	-	(7.571)	-	(7.571)
Recebimentos	(1.013)	(3.508)	(1.013)	(3.508)
Mútuo com parte relacionada	109	865	109	865
	-	865	-	865
Em 31 de dezembro	-	865	-	865

As transações de compensação apresentadas acima não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar por serviços prestados pelo pessoal-chave da Administração, incluindo pró-labore, salários e encargos, foi de R\$2.410 (R\$2.170 em 2022).

8 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Impostos federais	21.550	526	20.868	421
Impostos estaduais	45.314	42.105	45.313	42.105
Subtotal	66.864	42.631	66.181	42.526
Impostos de renda	48.346	63.239	48.343	63.239
Contribuição social	17.401	22.707	17.404	22.707
Subtotal	65.747	85.946	65.747	85.946
Total	132.611	128.577	131.928	128.472
Circulante	66.054	69.146	65.371	69.041
Não circulante	66.557	59.431	66.557	59.431

9 Imobilizado

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022	33.629	86.378	113.196	5.556	1.179	1.623	241.561	137.982	-	379.543
Aquisição	6.297	138	1206	1.910	312	884	10.747	107.306	-	118.053
Alienação	-	-	(557)	(25)	-	-	(582)	-	-	(582)
Transferências	-	1.093	17.288	--	-	-	18.381	(18.381)	-	-
Depreciação	-	(2.910)	(13.785)	(1.814)	(179)	(577)	(19.265)	-	-	(19.265)
Saldo contábil, líquido	39.926	84.699	117.348	5.627	1.312	1.930	250.842	226.907	-	477.749
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo total	39.926	122.197	285.320	21.987	4.221	7.723	481.374	226.907	-	708.281
Depreciação acumulada	-	(37.498)	(167.972)	(16.360)	(2.909)	(5.793)	(230.532)	-	-	(230.532)
Saldo contábil, líquido	39.926	84.699	117.348	5.627	1.312	1.930	250.842	226.907	-	477.749
Em 1º de janeiro de 2023	39.926	84.699	117.348	5.627	1.312	1.930	250.842	226.907	-	477.749
Aquisição	15.610	537	3.613	3.563	1.051	660	25.034	75.625	27.069	127.728
Alienação	-	(4.940)	(8.557)	(35)	(130)	-	(13.662)	-	-	(13.662)
Transferências	-	58.027	99.236	-	-	17	157.280	(157.280)	-	-
Depreciação	-	(3.299)	(22.339)	(2.382)	(243)	(678)	(28.941)	-	-	(28.941)
Saldo contábil, líquido	55.536	135.024	189.301	6.773	1.990	1.929	390.553	145.252	27.069	562.874
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	55.536	175.821	379.612	25.515	5.142	8.399	650.025	145.252	27.069	822.346
Depreciação acumulada	-	(40.797)	(190.311)	(18.742)	(3.152)	(6.470)	(259.472)	-	-	(259.472)
Saldo contábil, líquido	55.536	135.024	189.301	6.773	1.990	1.929	390.553	145.252	27.069	562.874

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022	18.722	86.378	113.196	5.556	1.179	1.623	226.654	137.982	-	364.636
Aquisição	-	138	1206	1.910	312	884	4.450	107.306	-	111.756
Alienação	-	-	(557)	(25)	-	-	(582)	-	-	(582)
Transferências	-	1.093	17.288	-	-	-	18.381	(18.381)	-	-
Depreciação	-	(2.910)	(13.785)	(1.814)	(179)	(576)	(19.264)	-	-	(19.264)
Saldo contábil, líquido	18.722	84.699	117.348	5.627	1.312	1.931	229.639	226.907	-	456.546
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo total	18.722	122.197	285.320	21.987	4.221	7.723	460.170	226.907	-	687.077
Depreciação acumulada	-	(37.498)	(167.972)	(16.360)	(2.909)	(5.792)	(230.531)	-	-	(230.531)
Saldo contábil, líquido	18.722	84.699	117.348	5.627	1.312	1.931	229.639	226.907	-	456.546
Em 1º de janeiro de 2023	18.722	84.699	117.348	5.627	1.312	1.931	229.639	226.907	-	456.546
Aquisição	-	537	3.562	3.563	1.051	659	9.372	75.625	27.069	112.066
Alienação	-	(4.940)	(8.557)	(35)	(130)	-	(13.662)	-	-	(13.662)
Transferências	-	58.027	99.236	-	-	17	157.280	(157.280)	-	-
Depreciação	-	(3.299)	(22.339)	(2.382)	(243)	(678)	(28.941)	-	-	(28.941)
Saldo contábil, líquido	18.722	134.994	189.250	6.773	1.990	1.929	353.688	145.252	27.069	526.009
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	18.722	175.821	379.561	25.515	5.142	8.399	613.160	145.252	27.069	785.481
Depreciação acumulada	-	(40.797)	(190.311)	(18.742)	(3.152)	(6.470)	(259.472)	-	-	(259.472)
Saldo contábil, líquido	18.722	135.024	189.250	6.773	1.990	1.929	353.688	145.252	27.069	526.009

O saldo da conta "Obras em andamento" está representado principalmente pela Construção do Moinho em Rolândia, Ampliação do Transelevador em Sumaré, Ampliação das Fábricas Sumaré e Rolândia e Nova linha Cracker.

Do montante total de depreciação R\$ 28.941 (R\$ 19.264 em 2022), corresponde à R\$24.145 (R\$15.313 em 2022) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas" e R\$ 4.796 (R\$3.951 em 2022) em "Despesas com vendas, gerais e administrativas".

10 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	134.034	194.315	131.617	191.859
Fornecedores estrangeiros	36.432	9.361	35.543	11.591
	170.466	203.676	167.160	203.450

A Companhia possui transações com fornecedores nacionais e estrangeiros, provenientes da compra de matérias-primas, material de embalagem, e outros materiais.

11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Taxa	Indexador	Consolidado		Controladora	
			2023	2022	2023	2022
Cédula do Produto Rural - (CPR)	1,49% a 1,63% a.a	CDI	160.357	-	160.357	-
Certificado de recebíveis do Agronegócio - (CRA)	6,31% a.a	IPCA	244.359	233.315	244.359	233.315
Nota de Crédito Exportação - NCE	0,80% a 1,59% a.a	CDI	42.606	30.748	42.606	30.748
Financiamento de máq. e equipamentos – FINAME e FINEM	3,50% a 6,0% a.a.	Pré	659	3.159	659	3.159
Capital de Giro	1,2% a 2,80% a.a.	CDI	63.142	92.292	63.142	92.292
Total			511.123	359.514	511.123	359.514
Circulante			85.456	50.719	85.456	50.719
Não circulante			425.667	308.795	425.667	308.795

A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário, além de *covenants* financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não incorreu em evento de descumprimento com essas obrigações, portanto sem a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os montantes dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2025	127.790
2026	127.762
Após 2027	170.115
	425.667

Do total de empréstimos e financiamentos, somente o capital de giro são garantidos por duplicatas a receber de clientes. O total em garantia representa 20% deste montante de capital de giro em aberto.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	359.514	248.216	359.514	248.216
Captações	250.000	289.224	250.000	289.224
Provisão de encargos	64.959	46.490	64.959	46.490
Amortização do principal	(109.284)	(190.433)	(109.284)	(190.433)
Pagamento de juros	(54.066)	(33.983)	(54.066)	(33.983)
Saldo final	511.123	359.514	511.123	359.514

12 Salários e encargos sociais a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
INSS	6.547	5.901	6.550	5.904
FGTS	1.474	1.356	1.474	1.356
Férias a pagar	10.351	9.563	10.351	9.563
Bônus e participação nos lucros	7.054	4.530	7.054	4.530
Salários	2.322	6.472	2.319	6.469
	27.748	27.822	27.748	27.822

13 Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Impostos federais	1.457	1.702	936	1.699
Impostos federais-Imposto de renda e contribuição social	11.965	4.050	12.469	4.047
Impostos estaduais	3.031	3.197	3.031	3.197
Parcelamento de impostos	527	996	527	996
Outros	201	106	96	80
	17.181	10.051	17.059	10.019
Circulante	16.915	9.647	16.793	9.615
Não circulante	266	404	266	404

14 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	11.177	6.945	11.177	6.945
Dividendos pagos	(74.917)	(22.858)	(74.917)	(22.858)
Dividendos apropriados (*)	87.270	27.090	87.270	27.090
Em 31 de dezembro	23.530	11.177	23.530	11.177

(*) Saldo líquido de R\$ 3.659 referente 15% de imposto de renda retido na fonte para o exercício de 2023, sobre o saldo de juros sobre o capital próprio.

15 Provisões para processos judiciais

A provisão para processos judiciais é constituída com base na opinião dos nossos consultores jurídicos internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas que possam advir do desfecho desfavorável de questões tributárias, trabalhistas e cíveis em andamento, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais e a correspondente provisão para processos judiciais possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Processos trabalhistas	7.528	6.728	7.528	6.728
Processos cíveis e outros	2.570	2.341	2.570	2.341
Total	10.098	9.069	10.098	9.069

	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis e outras	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	7.362	1.728	9.090
Adição	-	170	-	170
Reversão	-	(804)	613	(191)
Em 31 de dezembro de 2022	-	6.728	2.341	9.069
Adição	-	932	281	1.213
Reversão	-	(132)	(52)	(184)
Em 31 de dezembro de 2023	-	7.528	2.570	10.098

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração consoante legislação vigente e amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos e correspondem principalmente a:

a. Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas.

b. Cíveis e outras

Correspondem substancialmente a reclamações de terceiros por perdas e danos.

c. Contingências possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributárias (i)	17.217	16.218	17.217	16.218
Processos trabalhistas (ii)	13.757	12.982	13.757	12.982
Processos cíveis e outros (iii)	2.775	2.331	2.775	2.331
Total	33.749	31.531	33.749	31.531

- (i) Tributárias: referem-se principalmente a: autos de infração lavrados pela Fazenda do Distrito Federal por meio do qual está sendo imputado à empresa o pagamento de ICMS pelo regime de apuração.
- (ii) (Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas.
- (iii) Cíveis e outras - correspondem, substancialmente, a reclamações de terceiros por perdas e danos.

d. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$717 (R\$663 em 2022) e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais”, no ativo não circulante. Considerando que a Companhia não possui a disponibilidade econômica e jurídica dos depósitos judiciais, esses valores são mantidos pelos seus respectivos valores históricos até o desfecho final do respectivo processo.

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
1º. de Janeiro	663	849	663	849
Adições	112	89	112	89
Baixas	(58)	(275)	(58)	(275)
Total	717	663	717	663

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.981)	(13.382)	(12.981)	(13.382)
Diferenças de taxas de depreciação (vida útil)	(16.131)	(15.665)	(16.131)	(15.665)
Provisão para processos judiciais	3.433	3.083	3.433	3.083
Provisão para perdas esperadas de créditos	178	318	178	318
Provisão para perdas nos estoques	413	457	413	457
Provisão para honorários advocatícios	1.791	1.603	1.791	1.603
Outras diferenças temporárias	351	4.345	351	4.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	(22.944)	(19.341)	(22.944)	(19.341)

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	<u>(19.341)</u>	<u>(20.856)</u>
Movimentação	<u>(3.603)</u>	<u>1.515</u>
Em 31 de dezembro	<u>(22.944)</u>	<u>(19.341)</u>

O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2023 no montante de R\$12.981 (R\$13.382 em 2022), refere-se ao efeito tributário do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (*deemed cost*) no montante de R\$38.178 (R\$39.359 em 2022). Ainda, os montantes de R\$16.131 (R\$15.665 em 2022), refere-se às diferenças entre as taxas de depreciação utilizadas para fins fiscais e àquelas calculadas de acordo com as vidas úteis dos bens, utilizadas para fins contábeis.

Abaixo é apresentado a conciliação entre o lucro contábil e a despesas de imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	208.519	189.634	208.486	189.471
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes - 34%	-70.896	-59.284	-70.885	-59.228
Juros sobre o capital próprio	8.290	5.192	8.290	5.192
Incentivo fiscal (Lei do bem e subvenção investimento)	18.650	12.973	18.650	12.973
Diferenças permanentes (processo não tributável do IRPJ e CSLL)	7.835	28.448	7.835	28.448
Diferenças permanentes (outras)	<u>1.079</u>	<u>-3.299</u>	<u>1.001</u>	<u>-3.192</u>
Despesa	<u>-35.042</u>	<u>-15.970</u>	<u>-35.009</u>	<u>-15.807</u>
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	<u>-35.042</u>	<u>-15.970</u>	<u>-35.009</u>	<u>-15.807</u>
Alíquota efetiva	<u>16,81%</u>	<u>8,42%</u>	<u>16,79%</u>	<u>8,34%</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o capital social está dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	Ações
Paradela Participações S.A.	359.964
Selpar Participações S.A.	359.963
Ricardo de Oliveira Selmi	86.391
Picciorana Participações Ltda.	176.550
Zigurate Participações Ltda.	194.148
	1.177.016

b. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura aos acionistas o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

Em 2023 foram pagos aos acionistas, a título de dividendos ao ano de 2022, o montante de R\$ 74.917 (R\$ 22.858 em 2022).

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	173.477	173.664
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	779	784
Constituição de reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	174.256	174.448
Dividendos		
Do exercício	-	(24.728)
Juros sobre o capital próprio	(24.383)	(15.272)
	-	40.000
Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício	13,99%	22,53%

c. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Lucros acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R\$ 127.121.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subvenção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

18 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de venda e revenda de Massas	1.354.126	1.145.893	1.345.843	1.144.243
Receita bruta de venda e revenda de Biscoito	448.169	475.518	448.169	475.518
Receita bruta de venda e revenda de Empacotamento	121.038	118.089	121.038	118.089
Receita bruta de venda e revenda de Instantâneo	151.156	149.587	151.156	149.587
Receita bruta de venda e revenda de Bolos	30.483	27.405	30.483	27.405
Receita bruta de venda e revenda de Outros	28.353	1.421	28.353	1.421
Receita bruta de venda de imóveis	1.052	4.100	-	-
Total receita Bruta	2.134.377	1.922.013	2.125.042	1.916.263
Impostos sobre vendas	(166.023)	(164.099)	(166.023)	(164.099)
Devolução de vendas	(46.121)	(31.023)	(46.121)	(31.023)
Desconto sobre vendas	(26.365)	(21.908)	(26.365)	(21.908)
Receita líquida	1.895.868	1.704.983	1.886.533	1.699.233

19 Despesas por natureza

	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima aplicada	(925.425)	(949.233)	(925.425)	(949.233)
Custo de revenda	(74.147)	(56.787)	(63.433)	(55.400)
Gastos gerais de fabricação	(138.827)	(105.440)	(138.827)	(105.440)
Salários e ordenados	(155.854)	(134.053)	(155.854)	(134.053)
Depreciação	(28.941)	(19.264)	(28.941)	(19.264)
Serviços profissionais por terceiros	(95.471)	(87.740)	(95.166)	(87.740)
Despesas com fretes	(117.129)	(99.608)	(117.129)	(99.608)
Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas)	(14.309)	(11.919)	(14.309)	(11.919)
Despesas com veículos	(8.714)	(10.106)	(8.714)	(10.106)
Despesas com viagens	(4.864)	(6.810)	(4.864)	(6.810)
Despesas com aluguel	(12.196)	(8.327)	(12.196)	(8.327)
Serviços de telecomunicação	(752)	(756)	(752)	(756)
Despesas tributárias	(20.003)	(15.986)	(19.852)	(15.986)
Receita tributária	3.939	54.840	3.939	54.840)
Tabloides	(31.744)	(30.217)	(31.744)	(30.217)
Outros	(16.646)	(23.668)	(16.541)	(22.314)
	(1.641.083)	(1.505.074)	(1.629.808)	(1.502.333)
Custo das vendas	(1.239.327)	(1.189.829)	(1.228.613)	(1.188.398)
Despesas com venda	(349.955)	(310.585)	(349.955)	(310.585)
Despesas gerais e administrativas	(54.802)	(56.574)	(54.242)	(55.274)
Outras receitas líquidas	3.002	51.914	3.002	51.924
	(1.641.083)	(1.505.074)	(1.629.808)	(1.502.333)

20 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(3)	(468)	(3)	(468)
Taxas e comissões bancárias	(2.642)	(11.484)	(2.642)	(11.388)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(64.959)	(46.490)	(64.959)	(46.490)
Outros	(447)	(4.253)	(442)	(4.252)
Instrumentos Financeiros derivativos	(4.717)	(4.141)	(4.709)	(4.130)
Total das despesas financeiras	(72.768)	(66.836)	(72.755)	(66.728)
Receitas financeiras				
Rendimentos e aplicações financeiras	11.384	13.827	11.359	13.652
Juros sobre mútuo com empresas relacionadas	-	151	0	151
Descontos obtidos	398	304	398	304
Juros por atualização monetária	6.301	37.507	6.301	37.507
Instrumentos Financeiros derivativos	8.961	2.245	8.961	2.242
Total das receitas financeiras	27.044	54.034	27.019	53.856
Variação cambial				
Variações cambiais ativas	7.142	6.736	7.142	6.736
Variações cambiais passivas	(7.685)	(4.209)	(7.685)	(4.209)
Variação cambial, líquida	(543)	2.527	(543)	2.527
Resultado financeiro	(46.267)	(10.275)	(46.279)	(10.345)

O saldo de juros por atualização monetária de R\$ 6.301 (R\$ 37.507 em 2022), refere-se majoritariamente a atualização dos créditos tributários de IRPJ e CSLL, reconhecidos e divulgados na nota explicativa nº8.

21 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (*hedge*), quando necessário.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia possui parte de suas operações vinculadas a moeda estrangeira e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir:

(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes	8.972	11.653	15.231	11.653
	8.972	11.653	15.231	11.653
Passivo circulante				
Fornecedores	36.432	9.361	35.542	11.591
	36.432	9.361	35.542	11.591

(ii) *Risco com taxas de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações.

Análise da sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte.
- **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Pastificio Selmi S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Consolidado							
31 de dezembro de 2023							
	Risco	Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da	13,04%	9,07%	143.100	12.974	9.731	6.487
Empréstimos e	Alta da						
financiamentos	CDI	13,04%	9,07%	(266.105)	(24.136)	(30.170)	(36.204)
Efeito				(123.005)	(11.162)	(20.439)	(29.717)
Consolidado							
31 de dezembro de 2022							
	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da	12,47%	13,58%	80.856	10.980	8.235	5.490
Empréstimos e	Alta da						
financiamentos	CDI	12,47%	13,58%	(122.350)	(16.615)	(20.769)	(24.923)
Efeito				(41.494)	(5.635)	(12.534)	(19.433)
Controladora							
31 de dezembro de 2023							
	Risco	Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da	13,04%	9,07%	142.321	12.904	9.678	6.452
Empréstimos e	Alta da						
financiamentos	CDI	13,04%	9,07%	(266.105)	(24.136)	(30.170)	(36.204)
Efeito				(123.005)	(11.162)	(20.439)	(29.717)
Controladora							
31 de dezembro de 2022							
	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da	12,47%	13,58%	80.856	10.980	8.235	5.490
Empréstimos e	Alta da						
financiamentos	CDI	12,47%	13,58%	(122.350)	(16.615)	(20.769)	(24.923)
Efeito				(41.494)	(5.635)	(12.534)	(19.433)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DI1).

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de câmbio:

		Consolidado						
		31 de dezembro de 2023						
Risco		Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	4,8407	5,000	1.853	8.972	9.267	6.950	4.634
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	4,8413	5,000	(7.525)	(36.432)	(37.626)	(47.033)	(56.439)
Efeito				(5.672)	(27.460)	(28.359)	(40.082)	(51.806)
		Consolidado						
		31 de dezembro de 2022						
Risco		Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	5,2171	5,2800	2.234	11.653	11.793	8.845	5.897
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	5,2171	5,2800	(1.794)	(9.361)	(9.474)	(11.842)	(14.211)
Efeito				439	2.292	2.319	(2.997)	(8.314)
		Controladora						
		31 de dezembro de 2023						
Risco		Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	4,8407	5,000	3.147	15.231	15.733	11.799	7.866
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	4,8413	5,000	(7.342)	(35.542)	(36.708)	(45.885)	(55.062)
Efeito				(4.195)	(20.310)	(20.975)	(34.085)	(47.195)
		Controladora						
		31 de dezembro de 2022						
Risco		Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	5,2171	5,2800	2.234	11.653	11.793	8.845	5.897
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	5,2171	5,2800	(2.222)	(11.591)	(11.731)	(14.663)	(17.596)
Efeito				12	62	62	(5.819)	(11.700)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>).

b. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se

sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira, através da manutenção do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Consolidado	
Em 31 de dezembro de 2022	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Empréstimos e financiamentos	11	50.719	308.795
Fornecedores	10	203.676	-
Tributos a recolher	13	9.647	404
Salários e encargos sociais	12	27.822	-
Outros passivos		33.076	3.142
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	11	85.456	425.667
Fornecedores	10	170.466	-
Tributos a recolher	13	16.915	266
Salários e encargos sociais	12	27.748	-
Outros passivos		37.898	-
		Controladora	
Em 31 de dezembro de 2022	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Empréstimos e financiamentos	11	50.719	308.795
Fornecedores	10	203.450	-
Tributos a recolher	13	9.615	404
Salários e encargos sociais	12	27.822	-
Outros passivos		31.162	3.142
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	11	85.456	425.667
Fornecedores	10	167.160	-
Tributos a recolher	13	16.793	266
Salários e encargos sociais	12	27.748	-
Outros passivos		37.897	-

22 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Total dos empréstimos	11	511.123	359.514	511.123	359.514
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	(155.567)	(85.347)	(154.771)	(84.521)
Dívida líquida		355.556	274.167	356.352	274.993
Total do patrimônio líquido		454.116	371.550	454.116	371.550
Total do capital		809.672	645.717	810.468	646.543
Índice de alavancagem financeira - % (*)		43,91	42,46	43,97	42,53

(*) O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre cálculos de índices financeiros determinados pela Administração.

23 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos Financeiro	Nota	Mensurados ao custo amortizado			
		Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes	5	199.980	206.975	204.885	206.207
Mútuo a receber com partes relacionadas	7b	-	865	-	865
Depósitos judiciais	15b	717	663	717	663
Outros créditos		34.762	3.053	34.762	3.028
		235.459	211.556	240.364	210.763
		Mensurados ao valor justo por meio do resultado			
		2023	2023	2022	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.567	85.347	154.771	84.521
		155.567	85.347	154.771	84.521

Passivos financeiros

	Nota	Mensurados ao custo amortizado			
		2023	2022	2023	2022
Fornecedores	10	170.466	203.676	167.160	203.450
Empréstimos e financiamentos	11	511.123	359.514	511.123	359.514
Outros passivos		37.898	36.218	37.897	34.304
		719.487	599.408	716.180	597.268

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros.

24 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segurada
Incêndio de bens do ativo imobilizado	140.000
Danos elétricos	800
Equipamentos eletrônicos - sem roubo	300
Equipamentos estacionários - sem roubo	8.000
Equipamentos móveis com roubo	300
Roubo ou furto	50
Equipamentos portáteis território mundial	10
Movimentação Interna	500
Lucros cessantes	50.394
Vazamento de Tanques e Tubulações	200
Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado etc.)	50.000
Honorários de Peritos Contadores	300

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.